

Ao Comité Ministerial da Comunidade de Países da África Austral (SADC) responsável pela Alimentação, Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente

Aos Ministérios relevantes dos Estados membros da Comunidade Este Africana (CEA)

Honoráveis Ministros,

Assunto: Carta aberta aos Estados membros da SADC e da CEA sobre Justiça Climática e Agroecologia Camponesa

Nós, a la Via Campesina – África Austral e Oriental, somos parte de um movimento social global composto de uma enorme variedade de produtores de alimentos – camponese(a)s, pequenos agricultore(a)s, pescadore(a)s, e trabalhadore(a)s da pesca, povos tradicionais e indígenas, pastore(a)s, nómadas, trabalhadores agrícolas e da indústria da alimentação, comunidades urbanas, consumidores, juventude e mulheres. Vos escrevemos esta carta para expressar a nossa preocupação com várias questões relacionadas com as mudanças climáticas, e para insistir que os nossos governos entendam estes problemas a partir da perspectiva dos produtores(a)s de alimentos. Como populações diretamente afetadas pelas mudanças climáticas, demandamos veementemente a Justiça Climática para que tenhamos um mundo melhor e mais limpo.

Os nossos territórios na África Austral e Oriental são particularmente ameaçados pelos efeitos das mudanças climáticas. Enfrentamos anos consecutivos de quedas nos níveis de chuvas de verão, bem como acentuadas mudanças e imprevisibilidade nos padrões climáticos. Estes têm causado vasta escassez de água e de alimentos. As Nações Unidas declararam múltiplas crises de fome nos últimos anos, incluindo Somália, Sudão, Burundi e Etiópia. Cheias, chuvas extremas, e secas prolongadas têm tomado muitas vidas e desalojado milhares de pessoas em Moçambique, Quênia, Malawi, e Zimbábwe. Mais que isso, recentes modelos climáticos e novas pesquisas mostram que nos próximos anos as temperaturas na África Austral vão aumentar 150% mais rápido que a média global. Este é um cenário não muito encorajador para a nossa região, especialmente se ações reais a nível global que visem reverter o cenário atual não forem tomadas.

A nossa perspectiva é que soluções reais para a mudança climática não virão da nossa conformação ao modelo industrial de produção e consumo de alimentos. Ao contrário, estas virão da agroecologia camponesa, baseada na soberania alimentar. A Soberania Alimentar é uma forma-chave de resistência a um modelo económico que prioriza a vida em vez do lucro. Ela defende sistemas alimentares locais, que são as fundações para criação de novos laços entre as zonas rurais e as urbanas, baseados na produção verdadeiramente agroecológica feita por camponese(a)s, pescadore(a)s artesanais, pastores e produtores urbanos. A Agroecologia Camponesa é a resposta a como transformar e reparar o nosso sistema alimentar e os nossos espaços rurais, e é uma solução central às mudanças climáticas globais.

Somos nós que alimentamos as nossas famílias, as nossas comunidades, o nosso Mundo. Nós rejeitamos totalmente mecanismos baseados em mercados, e as soluções falsas, incluindo Agricultura Climática Inteligente (CSA), Redução de Emissões por Degradação Florestal e Desflorestamento+ (REDD+), Carbono Azul, geo-engenharia, entre outros. As chamamos de

soluções falsas porque elas têm no seu âmago o objetivo de afastar o(a)s produtor(a)s de modelos de produção saudáveis, em favor de modelos de agro-negócio de monoculturas, continuação de dependência em insumos agrícolas tóxicos e controlados por grandes corporações, e a comodificação da Natureza e dos seus serviços naturais.

De facto, soluções reais têm impacto positivo na vidas do(a)s mais afetado(a)s pelas mudanças climáticas.

Nós vemos uma série de assuntos cruciais que precisam de ser endereçados de modo a por em ação soluções reais às mudanças climáticas:

A aplicação plena da Declaração de Maputo é necessária para a Justiça Climática. A aplicação desta deve distribuir de forma democrática recursos suficientes e apropriados direcionados aos sistemas de produção camponeses, ao invés de direcioná-los a agências sectoriais governamentais que muitas vezes não são responsabilizados pelo uso não transparente e irresponsável destes recursos. Os cidadãos comuns dos nossos países devem ter controlo sobre a alocação de recursos públicos.

Uma área de foco importante é a adaptação. Nós chamamos os nossos governos a tomar posições mais fortes sobre governos e grandes corporações transnacionais (CTNs) que são historicamente responsáveis por emissões de gases de efeito estufa. Enquanto as nossas comunidades continuam a sofrer, vemos os “guardiões” do poder sustentando a falta de transparência e as burocracias paralizantes que tornam finanças climáticas inacessíveis àqueles e àquelas que deles mais necessitam.

Juntamo-nos às vozes globais que denunciam a falhas críticas do Acordo de Paris. Em relação à mitigação das mudanças climáticas, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) – o alicerce principal do Acordo de Paris – não constituem reduções suficientes para endereçar de forma efectiva às mudanças climáticas. Na realidade, as CNDs atuais levam-nos acima dos 3 graus acima dos níveis pré-industriais. Isto é mais que o dobro dos níveis necessários de 1.5 graus acima dos níveis pré-industriais!

As reformas fundiárias em muitos dos países africanos, incluindo os exemplos com o maior sucesso, como o Zimbabwe, ainda não atingiram o nível de reforma agrária integral. Estes países ainda operam num contexto de programas que não dão igualdade à maioria dos seus cidadãos. Ao invés disso, largas extensões de terras são alocadas a grandes investidores (incluindo conglomerados mineradores), que fazem promessas constantemente falsas a populações locais, destruindo comunidades, cultura, ambiente, sustento, e sistemas de alimentação locais – tudo a fim de maximizar lucros. Isto inclui a crescente tendência a acampamento de terras através de agricultura por contrato.

A centralização e privatização da posse e utilização de energia para interesses simplesmente corporativos também é um problema: a proliferação de mega-projetos de produção de energia, tais como mega-barragens, projetos de extração de carvão e gás natural, e mega projetos de infraestrutura, que não são necessários e no final não endereçam as necessidades e interesses da maioria dos nossos Povos Africanos.

A natureza multi-dimensional da crise climática requer esforços coordenados a nível regional através da multitude de espaços de negociação política globais. Como um movimento social engajado e cometido a soluções reais, temos remorço em ver os nossos que os nossos blocos regionais ainda não agem de forma articulada e harmonizada nos vários espaços de relevo (Conselho de Direitos Humanos da ONU, UNFCCC, OMC, ARIPO) a favor de mudanças climáticas e soberania alimentar.

Também lamentamos em ver o desenvolvimento e implementação das nossas políticas regionais capturados por governos do norte global, CTNs, e fundações privadas, servindo como viabilizadores das tendências autocráticas e por vezes violentas das nossas elites governantes.

Nós acreditamos que as questões abordadas levam-nos a uma série de desafios atualmente sentidos pelas nossas comunidades em relação às mudanças climáticas:

Alocações nacionais a pesquisa agrícola nos orçamentos nacionais dos estados-membros são deliberadamente insuficientes e inapropriadas, criando espaço para parcerias público-privadas que subvertem políticas e avançam os interesses do lucro, em detrimento das comunidades a quem este apoio deveria ajudar. Grandes porções dos nossos orçamentos públicos estão a ser alocados a iniciativas que agravam ou que não lidam com a crise climática global. Em adição, a forte dependência dos governos africanos em ajuda eterna, investimentos externos diretos, e a sua capitulação aos interesses do norte global e instituições financeiras internacionais têm sido grandes desafios. Este apoio vem com fortes condições que favorecem interesses multinacionais e multi-laterais. Esta dependência, agravada pelos severos níveis de pobreza nas nossas regiões, criam uma situação em que os credores globais usam as dívidas dos nossos governos como alavancas para forçá-los a aceitar e ceder às vontades dos governos do norte e de grandes CTNs.

É uma pena ver tantos investidores externos entrarem nos nossos países sem atingir os limiares mínimos de elegibilidade, escolhendo fazer uma “visita” aos líderes políticos e tomando sérias decisões sem a participação das comunidades afetadas, organizações da sociedade civil, ou até Ministérios relevantes mandatados a salvaguardar os interesses do estado e do campesinato.

Fundamental ao atual processo de criminalização do modo de vida camponês é a perseguição de defensores de direitos humanos, incluindo aquelas e aqueles de nós que damos a nossa vida para defender os interesses dos povos camponeses na extensão das nossas regiões. Os abundantes casos de usurpação de recursos afetam comunidades camponesas de formas particularmente severas. A usurpação de recursos acontece de várias formas. Seguimos apreensivos com os correntes esforços de harmonização de leis de sementes, que tornam ilegal a troca, venda, a em alguns casos até a conservação das suas próprias sementes tradicionais e indígenas. Isto empobrece e desempodera camponese(a)s e a maioria das populações locais. O deslocamento forçado de populações locais e as consequentes mudanças nos padrões de uso de terras reduzem gravemente a resiliência das comunidades face às mudanças climática, destruindo a estabilidade dos sistemas de vida na Terra, e por consequência a própria existência Humana neste Planeta. Estes deslocamentos forçados têm repercursões particularmente duras para os jovens e para as mulheres. A juventude é forçada a migrar, deixando as suas comunidades em busca de uma vida melhor, somente para ver que esta sociedade não tem lugar para eles. A exploração das mulheres e dos seus corpos toma

formas cada vez mais violentas. O aumento dos movimentos de resistência femininos é um testemunho à urgência e severidade da crise. Mulheres urbanas e rurais em todo o continente estão nas linhas de frente das nossas lutas.

Há um grave problema com a falta de democracia e transparência em relação ao desenvolvimento e implementação dos vários projetos relacionados às mudanças climáticas. Informação sobre os diferentes programas a ser implementados pelos governos e ONGs nas nossas comunidades não é partilhada livremente com as comunidades afetadas. Há também a falsa percepção que a participação das principais e mais poderosas ONGs é suficiente como representação da sociedade civil nessas deliberações. Nada poderia estar mais longe da verdade. A participação de organizações de base é crucial. Como tal, organizações locais devem ser parte integral da identificação e ação sobre as preocupações climáticas das bases.

Nós, os signatários desta carta aberta aos governos da SADC e da CEA, demandamos:

- reconhecimento, adoção e promoção da agroecologia camponesa como alternativa viável à agricultura industrial.
- A promoção da soberania alimentar como direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos de forma ecológica e com métodos sustentáveis, e o seu direito de definir a sua própria alimentação e sistemas agrícolas.
- reconhecimento da Justiça Climática como alicerce principal para o desenvolvimento e implementação de soluções reais às mudanças climáticas.
- A representação significativa de mulheres, meninas, crianças, juventude, pessoas com limitações físicas e as camadas mais pobres da nossa sociedade nas políticas e outras intervenções relacionadas com as mudanças climáticas.
- Que os nossos rejeitem as soluções falsas alimentadas a partir do exterior, especialmente a Agricultura Climática Inteligente e os programas REDD+.
- Comprometimento a reformas agrárias compreensivas e centradas em pessoas, para o melhoramento das vidas dos pequenos produtores da SADC e CEA
- Um aumento das alocações dos nossos orçamentos nacionais aos seus ministérios de agricultura, e que esta alocação de fundos sejam guiadas por decisões sóbrias, ancoradas no princípio do Consentimento Prévio, Livre e Informado pelos produtores de alimentos. Um foco especial deve ser dado à busca pela justiça para as comunidades engajados em acordos com investidores internacionais. Acordos devem ser revisados ou nulificados, conforme necessário, para o benefício e proteção das comunidades locais.
- Apoio a centros de pesquisa liderados por produtores e desenvolvimento de práticas agrícolas e pacotes técnicos que melhorem as soluções locais baseadas nos sistemas de conhecimento indígenas.
- Intervenções para proteger povos locais em áreas afetadas por atividades mineiras destrutivas.
- Espaços participatórios pro-camponese(a)s de formulação de políticas públicas e legislação que protejam os direitos dos camponeses e suas comunidades
- Programas e currículos de treinamento em educação agrícola que sejam holísticos e centrados nos sistemas de conhecimento locais , agroecologia camponesa e caminhos a fortalecimento da segurança e soberania alimentar.

Nós, os camponeses da La Via Campesina da África Austral e Oriental, e os nossos aliados, expressamos a nossa profunda solidariedade com todas as lutas contra as soluções falsas às mudanças climáticas, e pela justiça climática mundo afora. Em solidariedade e esperança, com todos os povos das nossas regiões, continuamos comprometidos à luta pela soberania alimentar, agroecologia, e os nossos territórios, cultura e identidade como bases para a justiça climática.

NÓS ALIMENTAMOS OS POVOS, E CONSTRUIMOS O MOVIMENTO, PARA MUDAR O MUNDO!

GLOBALIZEMOS A LUTA! GLOBALIZEMOS A ESPERANÇA!

A MINHA LUTA É A TUA LUTA! A TUA LUTA É A MINHA LUTA!

AMANDLA! AWETU!

HARARE 17 de Maio 2018

Organizações e movimentos sociais assinantes:

La Via Campesina África Austral e Oriental